


INFÂNCIA, NEOLIBERALISMO E A EXPROPRIAÇÃO DO BRINCAR

Recebido em: 07/08/2025

Aprovado em: 28/09/2025

Licença: 

Giovana Gazoli Amboni¹

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Maringá – PR – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-0797-0208>

Rogério Massarotto de Oliveira²

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Maringá – PR – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-0518-8765>

RESUMO: Este artigo busca identificar as características da infância e brincar na sociedade capitalista sob os pilares neoliberais. Sustentamos a pesquisa pela concepção materialista histórico dialética. Compreendendo a relação entre ser social e contexto histórico, analisamos a forma como a infância e o brincar se dão na atualidade, produto do capitalismo. A teoria política neoliberal extrapola a esfera do mercado e possui determinações sobre a vida objetiva e a subjetividade dos indivíduos inseridos no capitalismo. Sua análise permite compreender as determinações na vida das crianças e como o brincar se configura. Constatamos as inúmeras determinações que caracterizam o brincar pelas crianças. Concluimos que a superação do capital perpassa pelo trabalho educativo dos professores de Educação Física, colaborando com a produção de conhecimento, rumo à revolução pela classe trabalhadora, ao socialismo e à emancipação.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Infância. Brincar.

CHILDHOOD, NEOLIBERALISM AND THE EXPROPRIATION OF PLAY

ABSTRACT: This article seeks to identify the characteristics of childhood and play in capitalist society under neoliberal pillars. The research is sustained by the historical-dialectical materialist conception. By understanding the relationship between social being and historical context, we analyze how childhood and play occur today, as a product of capitalism. The neoliberal political theory extrapolates the sphere of the market and imposes determinations on the objective life and subjectivity of individuals inserted in capitalism. Its analysis allows us to comprehend the determinations on children's lives and how play is configured. We noted the countless determinations that characterize children's play. We conclude that the overcoming of capital requires the

¹ Mestranda do Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá.

² Professor Doutor do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá.

educational work of Physical Education teachers, collaborating with the production of knowledge, heading towards the revolution by the working class, towards socialism and emancipation.

KEYWORDS: Neoliberalism. Childhood. Play.

Introdução

Esse artigo tem como principal objetivo analisar as possíveis relações entre o usufruto do tempo na infância, o brincar e as políticas neoliberais.

Inicialmente, a escolha de tal temática se deu por razões particulares, no qual a maternidade e a consequente intimidade com a infância e o brincar, possibilitou que minhas atenções e inquietações se voltassem para o crescente uso de tecnologias por crianças durante o brincar, principalmente quando filhos únicos e/ou moradores de grandes cidades, como é o caso de meu filho.

Ao cursar a disciplina de Estudos do Tempo Livre e Trabalho³ no curso de graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, foi possível pensar tais relações e seus desdobramentos voltados para a produção do conhecimento científico sobre tais temas.

Assim, relacionando com os temas abordados pelas disciplinas mencionadas anteriormente e a necessidade de pensar as relações entre o tempo da infância, o brincar e a apropriação das atividades lúdicas pelo mercado das tecnologias e indústria do entretenimento, considero importante compreender e analisar as determinações objetivas que fundam as formas como a infância é usufruída. Entendo que essa busca, perpassa pela análise do papel que as teorias políticas exercem tanto no mercado quanto no processo de transformações objetivas e subjetivas na sociedade.

³ Disciplina que ainda é ofertada no curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, com 68 horas anuais. A ementa propõe-se a estudar as relações entre o trabalho e o tempo livre/lazer na sociedade capitalista.

Assim, me interessei em investigar a teoria política neoliberal e seus desdobramentos na sociedade em geral, mas me preocupando essencialmente sobre como essa teoria política exerce influência e determinações nas brincadeiras, nas relações familiares, no lugar social ocupado pelas crianças e no cuidado destinado a elas (Nolasco, 2020), já que, como seres sociais, estão inseridas no contexto social de sua época e são influenciadas por ele (Pupio, 2008).

Além disso, analisar a atividade lúdica ocorrida no jogo e brincadeira na atualidade são importantes para entender a infância no capitalismo, uma vez que Oliveira (2017) compreende que o Jogo (jogos, brinquedos e brincadeiras) é determinado e impõe determinações ao processo de desenvolvimento social e histórico da humanidade.

Com crianças inseridas num contexto social moldado pela lógica do mundo do trabalho e de produção e consumo massivo de mercadorias, é essencial analisá-la a partir dessa perspectiva para identificar a posição social que a criança e o brincar ocupam nessa sociedade.

Penso que a compreensão do brincar está relacionada à própria concepção de infância ao longo da história. É de suma importância olhar para o brinquedo que também faz parte da história humana e da construção da concepção de infância, uma vez que, ao olhar a temporalidade do brinquedo, é possível captar seu valor qualitativo (Nolasco, 2020). Porém, me intriga a forma como o usufruto do tempo da infância atual está ligado ao uso de aparelhos eletrônicos, principalmente do telefone celular, fonte de centenas de estímulos via aplicativos, nos quais a criança “brinca” sozinha.

Ao conviver diariamente com uma criança, meu filho, constato que não há pleno divertimento e satisfação durante o tempo nas telas, mas, sim, constantes frustrações em

relação aos desafios impostos pelos jogos *on line* numa busca incessante pelos mesmos.

Ao mesmo tempo, hoje, todos os jogos considerados mais desenvolvidos, têm funcionalidades acessíveis somente por meio do consumo de créditos, o que gera necessidade de compras e a consequente frustração por parte de quem não tem condições financeiras de adquiri-las.

Isso gera sentimento de exclusão social e falta de pertencimento, em consonância com o afirmado por Nolasco (2020) em que a ausência de laços sociais, geradora de solidão, também é produtora de desejos. Para além, tais desejos serão supridos por poucos e traz à tona a lógica de que o sentido da vida e seu valor social e dos seus semelhantes são mediados pelo consumo.

Metodologia

Na direção de lapidar o caminho investigativo, busquei identificar a produção científica sobre esses temas, armazenado nas maiores bases de dados científicos do Brasil. Consultei, então, as produções que estão na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD e no banco de dados da Revista *Scielo*. A metodologia de busca partiu da seleção de palavras-chaves que circundam o objeto de estudo, definidas como: “neoliberalismo”, “Educação Física”, “criança”, “infância”, “brincar”, “jogo” e “educação”, partindo da formação de pares de palavras, depois trios e, posteriormente, grupos com quatro palavras-chave.

Diante da análise dos resultados obtidos, é notável a falta de produção científica que articule o neoliberalismo ao brincar na infância. Nota-se que há 13 publicações no banco de dados da BDTD e 1 publicação no banco de dados da *Scielo* quando as palavras-chaves “neoliberalismo”, “criança” e “jogo” são articuladas, denotando que há

pesquisas em outras áreas de estudo. Porém, tanto no banco de dados da BDTD quanto no banco de dados da *Scielo*, não há publicações abrangendo a temática, na área da Educação Física. Ao buscar os termos “neoliberalismo”, “Educação Física”, “criança” e “jogo”, foram encontradas 4 pesquisas na BDTD, porém, tratam, amplamente, sobre as possíveis implicações gerais do neoliberalismo na formação de professores e diretrizes curriculares da Educação Física.

Nesta pesquisa inicial, constatamos que a área da Educação Física pouco analisa e/ou produz conhecimento científico acerca dessas temáticas, desconsiderando tanto a relevância do contexto político e econômico para a infância e o brincar. Dessa forma, esse estudo propõe uma análise sistemática de conhecimentos necessários para contribuir com a resistência frente à lógica neoliberal.

Com o aprofundamento da pesquisa, tomei conhecimento dos estudos relacionados à Sociologia da Infância e Educação Social⁴, porém constatou-se, que quando se articula “Educação Física”, “brincar” e “infância” encontramos a prevalência de um viés hegemônico ainda dominante em nossa área de estudo, limitando a Educação Física a estudos da motricidade e desenvolvimento humano, ou seja, reduzindo o campo de atuação ao movimento corporal, sem considerá-lo como um resultado do contexto histórico, político e econômico e, desta forma, a análise da motricidade fica isolado da história humana e que por isso, defendemos o uso do termo ‘corporalidade’ pois faz jus ao ser social.

Com esses resultados, acredito que a pesquisa possa contribuir não somente para uma compreensão ampliada (histórica e determinada por sua materialidade) da infância, onde os jogos, brinquedos e brincadeiras têm papel essencial na formação das

⁴ Com autores como Pimentel, Müller e Natali.

capacidades humanas e humanizantes do ser que brinca.

Para possibilitar o desenvolvimento das capacidades das crianças, pensar a infância e o brincar não devem estar desvinculados de seu contexto histórico e social, determinantes do modo de vida de toda a sociedade. Dessa forma, considero pertinente realizar uma investigação científica a fim de compreender, ou pelo menos iniciar a compreensão de como se dá a relação entre o tempo na infância, o brincar e as políticas neoliberais.

Referencial Teórico

Após os apontamentos iniciais formulamos a seguinte pergunta de partida: Quais os nexos entre as políticas neoliberais e o brincar na infância? E ainda: Em quais circunstâncias e condições o neoliberalismo se faz presente na vida dos trabalhadores? Como se caracteriza a infância e o brincar numa sociedade neoliberal?

Para responder essas perguntas, nos amparamos teórico-metodologicamente na concepção materialista e dialética da história proposto por Karl Marx e Friedrich Engels, possibilitando, pela análise dialética da relação entre o singular e o universal, construir o conhecimento concreto.

É por meio da dialética que se constrói o conhecimento sobre a natureza, homens e sociedade, levando em consideração o contexto histórico: a história em constante movimento (Pereira; Francioli, 2012). Sendo assim, a análise da relação entre infância, o brincar e as políticas neoliberais avançam pensando as contradições produzidas socialmente e que, ao mesmo tempo, as produzem particularmente.

É necessário superar as compreensões de que o brincar e a infância são estáticos e imutáveis e/ou que não acompanham ou expressam as modificações objetivas e

materiais do modo de vida da humanidade, isto é, há de compreender sua relação com o momento histórico da sociedade em que estão inseridos e mutuamente determinados por ele.

Em acordo com Martins (2006), somente pela via do método marxista, pensamos ser possível construir o conhecimento em sua totalidade. Desse modo, o procedimento metodológico pode ser assim resumido: partindo do empírico (real aparente) à abstração, com posterior retorno ao concreto, captando sua real complexidade pelos processos de abstração (Martins, 2006).

Isto é, pela análise das determinações objetivas ocorridas no brincar e na infância inserida no neoliberalismo, expressão do capitalismo, é que se torna possível compreender as relações estabelecidas. Mesmo as crianças, consideradas improdutivas no âmbito do trabalho, são diretamente afetadas por ele, já que estão inseridas e tem suas subjetividades moldadas pelo contexto de produção capitalista, tendo o trabalho como categoria central, na qual o homem modifica a natureza, ao passo que se transforma nesse processo (Marx, 2011).

Resultados e Discussão

Em primeiro momento, objetivamos identificar as principais características da teoria política neoliberal e, a partir disso, analisar como ela se expressa ou se objetiva na vida cotidiana da classe trabalhadora. Pensamos nessa tarefa, uma vez que as políticas econômicas extrapolam a esfera do mercado, influenciando a vida objetiva e a subjetividade de todos os indivíduos inseridos nesse contexto, expresso pelo capitalismo do século XXI.

O neoliberalismo compreende a “liberdade das atividades econômicas,

perpassando produção, distribuição, troca e consumo” (Ianni, 1998). Além disso, abala as bases sociais e, por consequência, as formas de sociabilidade (Ianni, 1998). Nesse sentido, como vai além da esfera econômica e atinge as relações sociais, é necessário demonstrar como se deu a trajetória da dominância do neoliberalismo e a consequente manutenção hegemônica da classe dominante, para avançarmos para a relação com a elaboração histórica da concepção de infância e do brincar.

As principais elaborações das políticas neoliberais tomam força a partir dos anos 1970⁵ visando a reestruturação do capital e sua hegemonia após período de grande crise (Antunes e Druck, 2014) que, caracteriza-se pelo Estado buscando garantir a propriedade privada dos meios de produção, como um direito individual e que, portanto, esse Estado não deve interferir na esfera econômica da sociedade.

Ao buscar compreender a lógica neoliberal, analisar as teorias do trabalho produtivo (Taylorismo, Fordismo e Toyotismo) nos permite compreender as determinações na vida do trabalhador, a partir da organização social do trabalho e, portanto, das interferências reais na vida do ser social.

Além dos aspectos objetivos, as subjetividades também foram sendo transformadas. De acordo com Soares (2019), os “nexos de subjetividade” (p. 605) derivam-se da produção e do consumo formando as vontades do indivíduo. Nessa direção, fundamentado em Giovanni Alves, Soares afirma que:

[...] na medida em que se desenvolve o espaço de subjetividade, o sujeito moderno é negado, invertido e obliterado pelas relações sociais capitalistas de produção da vida social. Na verdade, o capital desenvolve e amplia este *templo* para dele se apropriar. Esta é uma determinação intrínseca do capital, que desde que se constituiu como sócio-metabolismo sistêmico, desenvolveu e se apropriou das forças da natureza (Alves, 2006, p. 27 *apud* Soares, 2019, p. 605).

⁵ Conforme afirmado por Hofling (2001), a concepção neoliberal de sociedade e Estado estão pautadas no liberalismo clássico do séc. XVIII e XIX, porém, é a obra “O caminho da servidão” de Friedrich Hayek, lançada em 1944, que traça seus intentos.

Para Padilha (2003), as formas de dominação da classe trabalhadora se alteraram conforme o capitalismo avançava. No início do século XX, o modo produtivo foi marcado pelo taylorismo, método criado por Frederick Taylor visando maior produtividade e economia de tempo, acentuando a divisão do trabalho. Assim, ele hierarquiza ainda mais as fábricas, separando gerentes de operários” (Padilha, 2003, p. 246). Antunes e Druck (2009) reforça, afirmando que racionalizaram as operações, controlando o tempo por meio dos cronômetros, aumentando o ritmo de trabalho e, assim, intensificando as formas de exploração.

O padrão de produção industrial que fragmenta e decompõe tarefas reduz as atividades do trabalhador e a somatória dessas atividades resultando na produção de uma mercadoria (Antunes e Druck, 2009). Para além da esfera braçal, os capitalistas se apropriaram dos saberes do artesão, expropriando-os dos mesmos que, antes, compreendia e atuava em todo o processo produtivo. Com o desenvolvimento do capitalismo, “a concepção, a fabricação e a troca dos produtos foram deixando de pertencer aos artesãos para pertencer aos donos das fábricas” (Padilha, 2003, p. 245). Aqui, o trabalhador passa a não ter controle sobre o processo e, também, produto final do seu trabalho.

Diante da possibilidade de intensificar a produção nas fábricas, adicionou-se ao controle do tempo, o conceito de linha de montagem e a esteira, aperfeiçoando o taylorismo. Tal modelo foi proposto por Henry Ford, nos Estados Unidos nos anos 30, durante o período de produção de mercadorias e consumo em massa e ficou conhecido como fordismo. Nesse modelo, o trabalhador permanecia parado e a esteira trazia o necessário para que o trabalho fosse feito (Padilha, 2003). Era a esteira que unia o trabalho produtivo feito em parte e, também, determinava o tempo de execução de cada

etapa. Estava excluída completamente, pois, a capacidade intelectual do trabalhador perante o processo produtivo (Antunes, 2009).

Entre as décadas de 60/70, o modelo de produção taylorista/fordista apresentou sinais de ineficácia. O contexto pós-guerra somado às grandes reivindicações proletárias e lutas sociais desencadeou um processo de reestruturação produtiva e, também, de retomada da hegemonia em diferentes esferas sociais (Antunes e Druck, 2009; 2014). Em especial, o Japão e seu modo de produção se destacaram, onde prevalecia o avanço tecnológico associado a um padrão de acumulação flexível.

Em contraposição à produção em massa dos modelos anteriores, a introdução de processos de produção com pouco estoque, automatizados e com trabalho intensificado se torna o novo padrão de produção, adequando-se à lógica de mercado (Antunes e Druck, 2009). Como demonstrado nos modelos de produção anteriores, o toyotismo determinou mudanças para além da esfera produtiva: “as condições de trabalho mudaram e, com isso, mudaram também as relações entre as pessoas” (Padilha, 2003, p. 249).

O toyotismo, enquanto modelo de organização produtiva, atendeu aos ideais do neoliberalismo e suas intenções de ordem político-econômica, encontrando espaços ideais no Brasil, na década de 1990. Essa nova ofensiva do capital recriou o ideal do livre mercado, desenvolveu novas formas de exploração do trabalho humano, reestruturando a produção e, por consequência, precarizando as relações de trabalho (Duarte, 2021).

De acordo com Harvey (2008) o neoliberalismo é considerado uma vitória do capital, estabelecendo uma reconfiguração político-econômica. Para alcançar seus objetivos, reorganiza os processos a fim de maximizar o lucro, limitando as

intervenções estatais, características do estado de bem-estar social; restabelece rendas dos capitalistas e, por consequência, aumenta as desigualdades (Galvão, 2008).

Nessa perspectiva liberal, para além do controle do tempo nas fábricas e em decorrência dos direitos conquistados pelas lutas dos trabalhadores, é imprescindível analisar o tempo do trabalhador fora do âmbito fabril. Exemplo disso pode ser encontrado nas afirmações de Padilha (2003), ao citar que o regime fascista buscou controlar⁶ a vida dos operários de todas as formas possíveis.

[...] o controle dos operários era tão intenso que seu tempo livre também era controlado pelos patrões. O Estado fascista cria organismos responsáveis para invadir o *dopolavoro* ou o tempo livre do trabalho através dos clubes dos operários ou associações recreativas [...]. Os fascistas acreditavam que melhores condições de vida dos operários iriam garantir maior produtividade do trabalho” (Padilha, 2003, p. 246).

No Brasil, conforme estudos de Peixoto (2005), o controle do tempo livre do trabalhador e sua família se deram por conta do temor ao comunismo e organização da classe trabalhadora em relação às extensas jornadas de trabalho, do controle dos desempregados, além do processo de industrialização do país no século XX, e a consequente necessidade de educação em massa e das crianças, em decorrência da inserção feminina no mercado de trabalho. Projetos como “Recreação Pública e “Serviço de Recreação Operária” (Peixoto, 2005, p. 3) foram promovidos com intenção de ocupação do tempo livre da classe trabalhadora, como um “projeto de educação para e pela recreação” (Peixoto, 2005, p. 4).

Compreendemos que, conforme avançaram as transformações no capitalismo, e, também, a resistência por parte da classe trabalhadora às opressões, avançaram em resposta dos neoliberais, novas formas de controle dentro e fora do âmbito fabril.

⁶ O controle do tempo do trabalhador por parte dos patrões não veio sem resistência. As lutas em todo o mundo buscaram a separação do tempo de trabalho e o restante do tempo, explícita nas reivindicações e na conquista da jornada de oito horas de trabalho e, consequentemente, horas livres do trabalho (Cantor, 2019).

Nesse sentido, considerando as múltiplas determinações objetivadas na vida do trabalhador, as teorias do trabalho produtivo avançam também, para outras gerações que não estão diretamente ligadas ao ritmo fabril, tais como a velhice e/ou a infância.

Nesta última, por exemplo (nosso objeto de pesquisa), é possível constatar que o controle do tempo na infância se expressa em brincadeiras cronometradas por outras pessoas ou mesmo pelos próprios aparelhos utilizados por elas, sempre utilizando grandes e iluminados cronômetros, determinando o início e o fim do tempo de brincadeira.

Assim, pensamos ser possível traçar um paralelo das atividades ocorridas na infância, com o mundo do trabalho e a capacidade exigida aos trabalhadores durante o processo produtivo. É preciso atentarmos sobre a submissão das crianças perante às brincadeiras controladas e isentas de possibilidade de criação por parte das mesmas, cujo ponto de partida e ponto de chegada são estabelecidos e impostos arbitrariamente, eliminando qualquer potencial criativo, tão caro à infância e ao pleno desenvolvimento de suas capacidades.

Tais características se apresentam, não somente em jogos eletrônicos que possuem caminhos e objetivos pré-determinados (corrida de automóveis e jogos com fases), caracterizados pelo mínimo de tomada de decisões e ausência de processos criativos, mas, também, nas atividades destinadas ao público infantil em *playgrounds* presentes em *shopping centers*, onde as crianças têm tempo determinado e, portanto, resultam em aceleração das atividades lúdicas.

Nesses parques, a presença de um adulto, conhecido como monitor, que supervisiona as atividades e determina o tempo de início ao fim da brincadeira, alude ao gerente das fábricas, função criada pelo modelo fordista para eliminar falhas e controlar

o processo produtivo (Padilha, 2003).

Além disso, compreendemos que as relações fora do trabalho se alteram, e aqui podem ser incluídas as maneiras e modos como mãe/ pai/ cuidadores se relacionam com seus filhos.

A Expropriação do Tempo da Infância Frente às Políticas Neoliberais

Nessa seção, avançaremos no estudo das características da infância e do brincar na sociedade capitalista sob os pilares neoliberais, buscando as conexões com o consumo, a socialização, educação e a importância da atividade lúdica nos jogos, brinquedos e brincadeiras para o desenvolvimento dos seres humanos.

Entendemos as características sociais assumidas pela e na infância como a expressão objetiva da sociedade capitalista e, portanto, como resultado desta. Como Marx afirma, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (Marx, 1946, p. 83) e as subjetividades ou os pensamentos apenas são os reflexos subjetivos da realidade objetiva (Leontiev, 1988).

Portanto, partiremos da compreensão das relações sociais de produção pois, delas se desenvolvem todos os ordenamentos da sociedade e, em desdobramento, emergem as subjetividades formadas, tais como os conceitos e as formas de compreensão da infância e do brincar.

[...] as relações sociais de produção, alteram-se, transformam-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade, as relações de produção formam o que se chama de relações sociais, a sociedade, e, particularmente, uma sociedade num estágio determinado de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distintivo. A sociedade antiga, a sociedade feudal, a sociedade burguesa são conjuntos de relações de produção desse gênero, e, ao mesmo tempo, cada uma delas caracteriza um estágio particular de desenvolvimento na história da humanidade (Marx, 1963, p. 96).

A infância, determinada pelas condições objetivas produzidas pela lógica do

capitalismo e neoliberal, elabora um conceito de criança a partir das relações sociais em que essa geração se articula com as necessidades da sociedade do capital.

Dessa forma, a compreensão do desenvolvimento histórico da infância demarca sua realidade e, assim, possibilita articular as consequências da divisão social do trabalho nas determinações da infância e do tempo de brincar no capitalismo.

Destacamos o estudo de Ariès (2006), que fornece elementos históricos para compreender a origem e desenvolvimento da concepção de infância (ou sua inexistência). Foi produzida pelo contexto histórico e social de determinadas épocas, nos fornecendo elementos para posterior relação com a atualidade cujo autor, afirma que, na sociedade medieval, não existia o conceito de infância e, tampouco, a diferenciação entre crianças e adultos nem nas atividades sociais, nem nos jogos praticados pela sociedade.

Nos séculos XV e XVI⁷, durante a Idade Média, a concepção de idade (tampouco, suas características) e identidade eram vagas e imprecisas. Somente a partir do século XVIII é que a igreja, instituição destinada aos registros civis, iniciou-os com exatidão. Porém, ainda durante a Idade Média, há registros relacionados às “idades da vida” (Ariès, 2006, p. 6), onde a noção de números, portanto de idade, está relacionada às crenças herdadas do paganismo e sua concepção própria de compreensão de mundo, relacionada à unidade da natureza.

A concepção antropocêntrica, com base na afirmação do homem como categoria

⁷ Segundo Andery *et al.* (1996), nos séculos XVI e XVII ocorreram mudanças significativas para a transição do feudalismo para o capitalismo. Segundo a análise, a descentralização feudal foi sendo substituída por Estados nacionais centralizados, com a formação das monarquias absolutistas. Além disso, contribuíram para a formação da sociedade capitalista o avanço das grandes navegações, a colonização de países africanos e americanos, o renascimento do comércio, e o consequente fortalecimento da burguesia, como também o crescimento das cidades.

central, é moderna, derivada do Renascimento, portanto, posterior a esse período⁸. O autor afirma que existia a noção de que as idades correspondiam aos planetas, confirmando a noção de fusão entre indivíduos e natureza

[...] em número de 7: “A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não-falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras [...]. Após a infância, vem a segunda idade...chama-se *pueritia* [...] e essa idade dura até os 14 anos. Depois segue-se a terceira idade, que é chamada de adolescência, que termina, segundo Constantino [...] no vigésimo primeiro ano, mas segundo Isidoro, dura até 28 anos...e pode estender-se até 30 ou 35 anos.” (Ariès, 2006, p. 6)

Mesmo com o conceito de idade, ainda que diferente do conceito atual, não havia uma preocupação com a infância. Em parte, pelo elevado índice de mortalidade, aliado a ideia de que não havia necessidade de educar a criança, separadamente do adulto, já que elas:

[...] misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio, [...] aproximadamente, aos sete anos de idade. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias (Ariès, 2006, p. 193).

As relações afetivas e sociais se davam de forma ampla, fora da hoje conhecida esfera familiar e privada, ou seja, “as famílias viviam num espaço mais aberto, em relação permanente com vizinhos, parentes, adultos e crianças” (Pinto, 1995, p. 32).

Além do conceito de infância, a família não possuía uma importância como na atualidade. Consequência da reforma protestante, no século XVI e, continuamente, no século XVII, simultaneamente aos cuidados destinados à criança surgiu a noção de família moderna.

Com o desenvolvimento da burguesia pela sua consequente revolução e

⁸ Nesse período a Igreja, com suas bases filosóficas, passa a ser questionada. Os pensadores iluministas propõem a universalidade antropocêntrica, baseada no racionalismo moderno (Pinto, 1995).

ascensão, altera-se a configuração da sociedade que, agora, capitalista, determina a característica da família que passa a se organizar de forma, se reorganizando em torno da criança, a fim de oferecê-la preparação para a vida, juntamente com o regime disciplinar da escola (Ariès, 2006).

Segundo Pinto (1995), a família burguesa passa a valorizar a infância e a “criança sai de seu anonimato” (p. 32), se diferenciando dos adultos. A criança da classe trabalhadora passa a ser valorizada, porém em outro sentido: como de força de trabalho, auxiliando na composição da renda familiar. Entretanto, ainda se confundia com os adultos de sua classe em suas atividades sociais, como vestimenta, jogos e trabalho.

Consideramos que a infância, historicamente situada e socialmente produzida, está em consonância com a forma como o capitalismo se produz e se reproduz. Concordamos com Marx, quando afirma que

[...] a um determinado nível do desenvolvimento das forças produtivas dos homens corresponde uma determinada forma de comércio e de consumo. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo correspondem determinadas formas de organização social, uma determinada organização da família, das camadas sociais ou das classes; em síntese: uma determinada sociedade civil (1846, p. 84).

O capitalismo e as relações econômicas, “enquanto determinação estrutural” (Ianni, 1998, p. 8) produzem as determinações políticas e sociais. Portanto, pensamos que quaisquer análises da infância e do brincar descoladas do capitalismo, enquanto estrutura histórica determinante, não serão as melhores e qualificadas, capazes de compreender tais categorias em sua totalidade.

De acordo com Perrotti (1990):

O concreto da criança [...] é extremamente móvel, sujeito às inflexões do meio social e, portanto, histórico. [...] a criança é também alguém profundamente enraizada em um tempo e um espaço, alguém que interage com estas categorias, que influencia o meio onde vive e é influenciado por ele (Perrotti, 1990, p. 12).

Considerando o atual momento social, constatamos, empiricamente, que as crianças não brincam como se brincava há anos (obviamente, as condições objetivas se alteraram). As brincadeiras em grupos, com vizinhos, que aconteciam nas ruas não são observadas com tanta frequência. Marcilio (2015), em sua dissertação sobre as diferenças do brincar no passado e atualidade, ao encontro de nossa análise, demonstra que os brinquedos, antes produto da criatividade colaborativa entre as crianças e com adultos, hoje foram substituídos por brinquedos industrializados, prontos e elaborados, objetos gerados pela lógica do consumo.

Trata-se de dar destaque ao consumo de mercadorias que atendam as necessidades dessa geração. Na sociedade capitalista, produtora de mercadorias e que tem em seu fim o ato de consumi-las, as subjetividades dos indivíduos são doutrinadas para uma lógica semelhante a “[...] um querer de coisas cujos atrativos são reflexos da imagem do ‘eu’ (desejo)” (Padilha, 2003, p.115), sem que esteja ligado necessariamente às necessidades humanas.

É impossível pensar que algo escape da absorção do mercado, frente a presença deste nas propagandas voltadas ao público infantil, gerando somente o desejo de possuir brinquedos ou materiais ‘divertidos’ sem significação simbólica (Nolasco, 2020).

Ademais, percebo em minha convivência com meu filho que o tempo de uso de telas, hoje, está muito relacionado com o brincar eletrônico. Quando uma criança não está em frente às telas, seja ela de um smartphone, videogame ou computador, tende a demonstrar dificuldade ou desinteresse em outras brincadeiras e, além disso, existe grande resistência em se manter longe das telas, que parecem exercer grande fascínio e controle sobre a subjetividade infantil⁹.

⁹ Acreditamos ser necessário enfatizar que este trabalho não tem intenção de se posicionar contrário ao uso das tecnologias. Trata-se de buscar a compreensão sobre o modo como as tecnologias, especialmente

Nessa problemática, tão atual, estaria o brincar, produzido pela relação da criança com aparelhos eletrônicos se apresentando, contraditoriamente, esvaído da dimensão lúdica e da capacidade de desenvolvê-la em sua essência?

Tem sido visível que a infância tem se caracterizado, majoritariamente, pelo consumo de jogos eletrônicos, seja por meio do uso de celulares/smartphone, computadores e/ou videogames. Essas mercadorias parecem estar cada vez mais presentes nos tempos espaços da infância, seja de classe baixa, média ou alta, cujo ato do consumo é homogêneo ou globalizado, mesmo que com irregularidades e particularidades.

Tal fato não é excludente do modelo hegemônico neoliberal, visto que “em todos os países, as práticas e as ideias neoliberais estão presentes e ativas” (Ianni, 1998, p. 27).

É possível comparar o uso das telas pelas crianças com o novo perfil de trabalhador, configurando o *novo proletariado da era digital*, vinculado com a *nova morfologia do trabalho* (análises produzidas por Ricardo Antunes em 2020). Esse novo modelo de trabalhador, vinculado às atividades comunicativas, ganhou força com as tecnologias da informação.

Em conversas informais com amigas mães de crianças da mesma faixa etária de meu filho, observo a semelhança na compreensão de que as crianças e pré-adolescentes estão passando grande tempo em frente às telas e consumindo, em grande parte desse tempo, jogos eletrônicos.

Na nova fase do capitalismo atual, sob forma toyotista, o saber do trabalhador é apropriado, envolvendo e ‘formatando’ sua subjetividade. Para além, parte das

smartphones e jogos eletrônicos passaram a estar presente em grande parte da rotina das crianças e influenciam seu modo de brincar.

dimensões intelectuais e cognitivas humanas são transferidas para máquinas informatizadas. Estas, para Antunes (2020):

[...] se tornam *mais inteligentes, reproduzindo parte das atividades a elas transferidas pelo saber intelectual do trabalho*. Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, é necessária uma maior *interação* entre a subjetividade que trabalha e a nova “máquina inteligente” (Antunes, 2020, p. 111).

Também, é notável a semelhança entre a dificuldade de *desconectar* essas crianças das telas, demonstrando a forte atração e desejo a que são submetidas. Jogos altamente competitivos, com alcance de metas individuais, com alto grau de violência e compra de créditos para conversão em itens exclusivos demonstram quão marcados esses estão pela ideologia dominante, onde a liberdade individual é exaltada, conceito fundamental do neoliberalismo, que conforme Ianni, se estende além da esfera econômica, determinando a organização de diversas formas de sociabilidade (Ianni, 1998).

Na atualidade, onde o trabalho flexibilizado predomina, a liberdade individual e competitividade aparecem em nova roupagem: os ganhos por produtividade e lucratividade se fazem presentes no âmbito do trabalho, onde os trabalhadores são estimulados a se converter em “*autocontroladores* de sua produção, em déspotas de si mesmo” (Antunes, 2020, p. 114).

A ocupação dos espaços destinados ao usufruto do tempo da infância, que engloba a prática de jogos e brincadeiras na sociedade atual também nos preocupa. Os indivíduos têm ocupado espaços privados, onde lazer e “tempo livre” se dão vinculados ao consumo (Padilha, 2003), em detrimento aos espaços públicos no qual, os pais, ao usufruírem do seu tempo-de-não-trabalho, levam seus filhos juntos e, desse modo, estimulam o consumo do tempo análogo ao lazer, na infância.

Em concordância com Valquíria Padilha, em sua tese sobre shopping centers

como templo do consumo, acreditamos ter se tornado um local onde as crianças desde a mais tenra idade, levadas pelos pais, buscam o brincar em forma de consumo pago do tempo.

Um centro feito para compras de bens materiais foi sendo transformado - concomitantemente ao desenvolvimento do capitalismo mundializado - em um centro que alia estrategicamente *mercadorias* (alimentos, roupas e acessórios, livros), *serviços* [...], *lazer* (cinemas, jogos eletrônicos, praças de alimentação, academias de ginástica etc.) e “*cultura*” (exposições, apresentações musicais ou teatrais, etc. A estratégia desta aliança está na busca do aumento do lucro de empresários e comerciantes, mas o discurso que se faz em paralelo propaga a ideologia da melhor qualidade de vida aos cidadãos que vivem no meio urbano (Padilha, 2003, p. 26).

Nesses locais, originalmente centro de compras, o consumo se confunde com lazer e liberdade, no qual, os indivíduos buscam consumir como “opção de divertimento” (Padilha, 2003, p.28), submetendo a liberdade, sociabilidade e criatividade à lógica de mercado.

Avançando em nossa análise, pensamos ser necessário apontar para o uso dos telefones celulares e a forma como, conseqüentemente, ele está presente nos lares e nas relações entre os membros das famílias da classe trabalhadora. Diferentemente de pouco tempo atrás, o *smartphone* se tornou presente nas situações cotidianas. É comum perceber as pessoas conversando entre si, pais, mães e filhos, intercalando a conversa com uso do aparelho, quando não buscando utilizá-lo ao mesmo tempo em que dialoga com o outro.

O tempo do uso dos *smartphones* se estendeu ao tempo dedicado às refeições, comumente presente à mesa das famílias, e ao tempo da noite, hoje também expropriado do trabalhador e sua família. De acordo com Cantor (2019), a expropriação da noite se deu pela urbanização do mundo e invenção da luz elétrica e se intensificou com a popularização das televisões nas casas da população.

Ainda que a televisão continue presente nos lares da classe trabalhadora,

acreditamos ser possível estabelecer a mesma relação com a conectividade permanente aos *smartphones*, já que, os brasileiros passam 56% do dia conectados aos aparelhos e computadores, conforme dados da Universidade Estadual de São Paulo, de 2023.

Atualmente, conforme as pesquisas de Antunes (2020), o trabalhador se configura como trabalhador digital,

[...] estamos presenciando o advento e a expansão monumental do *novo proletariado da era digital*, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novos impulsos com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. [...] em vez do *fim do trabalho na era digital*, estamos vivenciando o crescimento exponencial do *novo proletariado de serviços*, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital (Antunes, 2020, p. 32).

O tempo de conectividade, no âmbito do trabalho e fora dele, se relaciona com o tempo destinado às relações com as crianças, ou na falta dele, uma vez que há a necessidade de tempo livre para que as relações entre os membros da família se desenvolvam.

É importante afirmar que o tempo das crianças fica sempre condicionado ao tempo dos pais e a rotina infantil está marcada, atualmente, pela prevalência da flexibilização e precarização do trabalho.

Segundo Cantor, “uma das consequências é que as pessoas que têm um horário de trabalho prolongado e/ou trabalham nos fins de semana descuidam dos filhos e familiares” (Cantor, 2019, p. 55).

Segundo dados do relatório de Fernando Paiva intitulado “Crianças e *smartphones* no Brasil¹⁰”, 49% das crianças brasileiras de 0 a 12 anos de idade possuem seu próprio aparelho. As crianças de 0 a 3 anos de idade que utilizam o aparelho por uma hora por dia correspondem a 32% dos entrevistados, enquanto 21% das crianças de

¹⁰ O estudo de Paiva, realizado em 2021, entrevistou 1.962 brasileiros que acessam a internet, possuem *smartphone* e são pais de crianças de 0 a 12 anos, e conta com validade estatística e grau de confiança de 95%.

7 a 9 anos de idade passam 4 horas ou mais utilizando o aparelho. Já as crianças de 10 a 12 anos de idade que passam de 4 horas a mais utilizando o aparelho correspondem a 37%. Quando questionados sobre o uso com a finalidade de jogar utilizando o aparelho, os pais relataram que 71% das crianças de 0 a 12 anos de idade usam o aparelho com tal finalidade (Paiva, 2021). A partir desses dados, é possível afirmar que na infância o smartphone tem sido utilizado com a finalidade de brincar, especificamente virtualizado e sem a participação dos pais e mães. Neles, a criança fica conectada a outro jogador, sem sua presença física. Nesse sentido, estaria a criança deixando de brincar presencialmente com outras crianças em detrimento do uso das tecnologias? Estaria a brincadeira se transformando, rumo à indissociação dos aparelhos tecnológicos, na atual fase do capitalismo? Acreditamos não ser possível responder tais questionamentos nesse trabalho, porém tais questionamentos podem ser respondidos em próximos estudos.

A pesquisa de Nolasco (2020), intitulada “Infância(s) no neoliberalismo: perspectivas sobre o brincar”, publicada em 2020, nos mostra que, ao contrário de antigamente, período em que os brinquedos eram feitos artesanalmente e em miniaturas, talhados em madeira pelo marceneiro, ou confeccionados em cera, pelo produtor de velas, exigiam o acompanhamento dos pais, os brinquedos se transformaram em objetos maiores, dispensando a supervisão dos pais e possibilitando o brincar solitário.

Acreditamos que o brincar solitário, em consonância com o que se configura uma tendência global, própria da sociedade capitalista, se demonstra no distanciamento e isolamento dos indivíduos, em detrimento às organizações coletivas. De acordo com Torres (2019) é estratégia do capital em fase pós-fordista estruturar as “práticas sociais [...] desorientando a organização a organização política autônoma do conjunto da classe trabalhadora, em outras palavras, despolitizando a ‘questão social’” (p. 326).

Contribuindo com essas análises, há a expropriação do tempo dos adultos e seus desdobramentos nas relações com as crianças. De acordo com Cantor (2019), é possível afirmar que anteriormente o controle do tempo dos trabalhadores somente tinha importância para os assalariados, dotados, assim, de poder de consumo, como expropriação de seu tempo livre. Porém, na atualidade, existem novas e abrangentes formas de controle do tempo. Hoje os mais pobres têm seu tempo controlado pelo uso do telefone celular.

Aqueles que não têm dinheiro para consumir a vasta gama de mercadorias nem condições de viajar de férias, agora suportam a expropriação de seu tempo por meio, principalmente, do telefone celular, que se transformou num verdadeiro objeto de consumo de massa, tão onipresente hoje como os relógios de pulso. Todas as classes sociais usam celulares, ainda que diferentes em preço e qualidade, mas com a mesma finalidade de consumir tempo numa comunicação perpétua e, na maioria dos casos, desnecessária (Cantor, 2019, p. 48).

É de suma importância entender que o referido autor analisa o uso do telefone celular em um contexto anterior ao da atualidade. A característica presente naquele momento era dos pacotes de minutos, utilizados para ligações¹¹. A presença dos *smartphones* em sua análise foi desconsiderada, pelo contexto histórico em que foi produzida.

Porém acreditamos que as relações de expropriação do tempo da classe trabalhadora pelo uso do smartphone pode se igualar, se não ultrapassar, as condições apresentadas por ele, e refletir no tempo em que destina às relações sociais familiares, aqui entendidas como relações de pais/mães e seus filhos. O tempo dos trabalhadores foi tomado, uma vez que “pelo telefone celular mantém-se uma conectividade perpétua, que obriga os trabalhadores precarizados e estar disponíveis, como escravos pós-

¹¹ Segundo o autor, naquele contexto, era comum a venda de cartões de “2 mil, 3 mil, ou 5 mil minutos. Os trabalhadores compram esses cartões e são obrigados a consumi-los em um tempo determinado. Ou seja, tem forçosamente de falar cinquenta horas ou mais num curto período de tempo, em dois ou três meses.” (Cantor, 2019, p. 53)

modernos, sempre que o capital necessite deles” (Cantor, 2019, p. 51).

Em consonância com o autor, pensamos que o capitalismo impõe que o trabalhador esteja conectado o tempo todo, dispondo inclusive de seu tempo de dia, de noite e nos fins de semana, sempre disponível a trocar sua força de trabalho e, conseqüentemente, seu tempo para quem o queira comprar (Cantor, 2019).

Se, portanto, o trabalhador não dispõe de seu tempo em momentos antes considerados de descanso, como o período noturno de fins de semana, qual o tempo destinado às relações familiares e às crianças? “Atentos à informação que recebemos e à solicitam de nós, enquanto o tempo que temos disponível para a afetividade e as relações pessoais praticamente se reduz a zero” (Cantor, 2019, p 52).

Para além da esfera particular da criança, em sua relação com o brincar dentro de casa, é necessário analisar a relação da criança com a brincadeira na escola, este o local de socialização dos saberes historicamente construídos para que os indivíduos da espécie humana se tornem humanos (Saviani, 1991) tem se tornado num tempo-espaco destinado a alimentação, higiene, disciplina e ordem, deixando o brincar como atividade secundária (Spolaor *et al.*, 2019).

Para as crianças, especialmente as menores, o recreio se constitui como um dos mais importantes momentos para seu desenvolvimento (comunicação, autoconhecimento, domínio da corporeidade, desenvolvimento da imaginação e do pensamento abstrato). Segundo Fernandes (2015), em sua dissertação sobre o recreio escolar, é “tempo-espaco propício para o desenvolvimento da atividade criadora da criança” (p. 52).

Meu filho, hoje com 11 anos de idade, muitas vezes, deixa de se alimentar durante esse tempo, para brincar. Há pouco tempo atrás, dialogamos, eu e ele, sobre a

necessidade de se aumentar o tempo de recreio na escola, que hoje se dá em 15 minutos na escola em que estuda.

Durante a realização dos estágios obrigatórios no curso de licenciatura em Educação física, pude circular pelo pátio durante o recreio e observar que as crianças brincam livremente (dentro das limitações do espaço) e, proporcionalmente, com a animação em que saem em disparada quando o sinal toca para seu início, demonstram frustração quando este rapidamente termina, determinando o retorno à sala de aula.

Relacionando o curto intervalo de recreio, em relação à carga horária diária das aulas, é possível compreender que a escola e sociedade atuais o formulam de modo a demonstrar que a brincadeira é algo visto como secundário, em detrimento ao conhecimento formal. Para Spolaor *et al.* (2019):

[...] apesar das importantes contribuições do brincar no processo de desenvolvimento da criança, no contexto da escola atual, dá-se pouco valor ao brincar por ser encarado, muitas vezes, como perda de tempo, atividades sem benefício que não sejam o relaxamento ou gasto de energia do jogador (p. 3).

Esses pesquisadores entrevistaram professores de uma escola em tempo integral e constataram, por meio de análise de discurso que, apesar de haver uma preocupação por parte da escola com o recreio e o brincar, este depende do tempo de alimentação das crianças. Caso haja demora em se alimentar, o tempo de brincadeira é consequentemente encurtado ou excluído.

Para os autores, o recreio é visto, em alguns momentos, como

[...] algo que pode ser modificado e modelado para não comprometer outras atividades, ou o tempo de descanso dos professores. Ou seja, considerado menos importantes que as outras atividades, que se baseiam em objetivos pré-estabelecidos. Não é entendido como um momento pedagógico e necessário para as crianças (Spolaor *et al.* 2019, p. 7).

A escola da classe trabalhadora hoje se caracteriza como um espaço de

preparação para o mundo do trabalho, em consonância com os ideais neoliberais¹², ou seja,

[...] o isolamento da criança para que ela se prepare para o futuro, se não foi invenção da sociedade capitalista, pelo menos acentuou-se nesse período e continua a acentuar-se cada vez mais, na medida em que o capitalismo passa por diversas transformações (Perrotti, 1990, p. 13).

Cada vez mais cedo as crianças têm de se adequar à lógica do mundo do trabalho. Para adequá-la, a tendência na escola é de manter a criança em “silêncio e imobilidade, [...] os professores tendem a domesticá-las, não suportando a sua energia e vitalidade” (Pinto, 1995, p. 58) e, ainda de acordo com o autor, na escola a valorização é dada ao aluno que se mostra “atento, disciplinado e dócil” (Pinto, 1995, p. 59). Os conteúdos são privilegiados e há pouco espaço para liberdade de brincar e socializar entre as crianças, mesmo que elas estejam presentes durante um período do dia na escola. Spolaor *et al.* (2019) afirmam que ao ingressarem no ensino fundamental, as crianças têm o brincar livre limitado ao recreio, que se constitui como um intervalo entre as atividades escolares.

Considerações Finais

A forma com que a geração nascida nos anos 1980 e a maneira como meu filho e sua respectiva geração brinca na atualidade, me gerou indagações e possibilitou iniciar essa pesquisa. Estando, nós, enquanto seres sociais, inseridos na sociedade determinada pelo trabalho alienado e pelo modo de produção e consumo de mercadorias, nos

¹² Neste momento não é pertinente o aprofundamento nas questões sobre a posição em que a escola e educação destinadas à classe trabalhadora ocupam em nossa sociedade, até porque já existem vários estudos sobre, porém, para embasar nossa afirmação de que a educação está a serviço do capital, nos referimos a Ciavatta e Frigotto (2003) que afirmam que, a partir de 1990, houve um movimento internacional de reformas para a educação para a capacitação profissional e aumento da produtividade, com a participação de entidades como Unesco (por meio da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL) e Banco Mundial. No Brasil, com as políticas do governo Fernando Henrique Cardoso e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, a educação básica deve garantir a formação para o desenvolvimento da cidadania e do trabalho.

encontramos nas condições adequadas para analisar e compreender a infância, compreendendo o contexto histórico, econômico, político e social, suas relações e suas contradições. Desse modo, o método científico (teórico-metodológico) baseado na concepção materialista e dialética da história é que possibilitou o amparo e a orientação para analisar a complexidade do objeto de estudo.

Resgatando nossos objetivos e compreendendo a relação entre produção do ser social e seu contexto histórico, buscamos analisar a forma como a infância e o brincar se dá na atualidade, produto da sociedade capitalista. Padilha (2003) e Nolasco (2020) afirmam que o consumo afeta a subjetividade das crianças, determinando seus desejos, subjugando-as à lógica do capital. Em seguida, ainda, de acordo com Padilha, apresentamos a vinculação de lazer ao consumo, presentes na esfera privada do shopping center.

Sendo assim, podemos afirmar que a forma como o brincar (jogo, brinquedo e brincadeira) se apresenta, situado na lógica do capital, se caracteriza submisso às suas determinações, cumprindo o papel hegemônico de conformação da criança às esferas do consumo e da preparação para o trabalho, impossibilitando-as de que se desenvolvam em todas suas potencialidades e se emancipem do capital.

Diante do exposto, para a classe trabalhadora, adultos e crianças explorados e expropriados de seu tempo pelo modo de produção capitalista, fica-nos evidente que é a partir do processo de superação do modo de produção capitalista que avançaremos para uma sociedade emancipada. Essa superação exige conhecimento da realidade pela classe que produz mais valia (classe trabalhadora) e os instrumentos e ferramentas de captação da realidade precisam estar acessíveis nas escolas. Assim, a compreensão da realidade pelos professores de Educação Física, pode contribuir com ações necessárias

para que, em seu trabalho pedagógico, colaborem na direção da produção de conhecimento que desvele as contradições do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.
- ANDERY, Maria *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo. São Paulo: EDUC, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado na era digital**. 2. ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2014.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2006.
- CANTOR, Renán Vega. A expropriação do tempo no capitalismo atual. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.
- CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica de mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003.
- DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo**. 2. ed. Campinas: Ed. Autores Associados, 2021.
- FERNANDES, Janaina M. **O recreio como um tempo-espaço democrático: possibilidades e limitações**. São Paulo. 2015. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Nove de Julho, UNINOVE, São Paulo, 2015.
- GALVÃO, Andréia. O neoliberalismo na perspectiva marxista. **Crítica marxista**. São Paulo. n. 27. 2008. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19451> Acesso em: 24 out. 2025.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Edições Loyola. 2008.

HOFLING, Eloisa de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**. v.21, n. 55. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Acesso em: 22 out. 2025.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v.12, n.2, p.27-32, 1998. Disponível em: https://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf. Acesso em: 22. out. 2024.

LEONTIEV, A. N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In: VIGOTSKI *et al.* **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ed. Ícone, 1988.

MARCILIO, Daniela S. **Brincadeiras infantis no Município de São Paulo: Penha e Cangaíba entre o passado e o presente**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2015.

MARTINS, L. M. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. Reunião Anual da ANPED, 29. **Anais...** Caxambu, MG. 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon**. São Paulo: Ed. Flama Ltda., 1946. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/index.htm> Acesso em: 22 out. 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. 1963. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf> Acesso em: 22 out. 2025.

MIYABAYASHI, Luciane A. PIMENTEL; Giuliano G. de A. Interações sociais e proficiência motora em escolares do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v. 25. n.4. p. 649-62. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/JYhkW69B4rZNq9VzjGWmBnM/?format=pdf&lang=p> t. Acesso em: 22 out. 2025.

NAZAR, Suzanna. Brasileiros passam em média 56% do dia em frente às telas de smartphones e computadores. **Jornal da USP**, Ribeirão Preto, 29 out. 2023. Atualidades. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/brasileiros-passam-em-media-56-do-dia-em-frente-as-telas-de-smartfones-computadores/> Acesso em: 22 out. 2024.

NOLASCO, L. R. **Infância(s) no neoliberalismo: perspectivas sobre o brincar**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação e, Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, R. M. **A organização do trabalho educativo com o jogo na formação de professores de Educação Física**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2017.

PADILHA, Valquíria. **Shopping center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas, SP, 2003.

PAIVA, Fernando. Crianças e smartphones no Brasil. **Panorama Mobile Time/Opinion Box**. out 2021. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2022/06/panorama-criancassma-rt-out21-ok.pdf> Acesso em: 09 nov. 2024.

PAIVA, Jacyara; SOUZA, Cleia Renata Teixeira de; NATALI, Paula Marçal; MÜLLER, Verônica Regina; BAULI, Regis Alan. A atuação profissional e formação do educador social no Brasil: uma roda da conversa. **Interfaces Científicas - Educação**. v. 3. n. 1. p. 77–88, 2014. DOI: 10.17564/2316-3828.2014v3n1p77-88. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1633>. Acesso em: 22 out. 2025.

PEIXOTO, Elza. **O serviço de recreação operária e o projeto de conformação da classe operária no Brasil**. Universidade de Campinas. 2005.

PEIXOTO, Elza. O serviço de recreação operária e o projeto de conformação da classe operária no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 115–140, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643502>. Acesso em: 24 out. 2025.

PEREIRA, J. J. B. J. FRANCIOLI, F. A. de S. Materialismo histórico-dialético: contribuições para a teoria histórico cultural e a pedagogia histórico-crítica. **Germinal**. v. 3. n. 2. p. 93–101, 2012. DOI: 10.9771/gmed.v3i2.9456. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9456>. Acesso em: 22 out. 2025.

PERROTTI, Edmir. A criança e a produção cultural. In: ZILBERMAN, Regina. **A produção cultural para a criança**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1990.

PINTO, Fábio M. **Pequenos trabalhadores: sobre a educação física, a infância empobrecida e o lúdico numa perspectiva histórica e social**. Florianópolis. 1995.

PUPIO, Bárbara C. **As táticas neoliberais na infância das crianças do conjunto Thais em Maringá/PR**. Maringá, 2008. 112 p. Monografia (Educação Física) - Universidade Estadual de Maringá.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. A pergunta de partida. In: QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1999. p. 1-16.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo:

Ed. Autores Associados, 1991.

SOARES, J. M. O Lazer e o Tempo do não Trabalho no Capitalismo: as ilusões do consumo. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 603–622, 2019. DOI: 10.35699/1981-3171.2019.15351. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/15351>. Acesso em: 07 ago. 2025.

SPOLAOR, G. C.; SOUSA, G.R.; GRILLO, R.M; PRODÓCIMO, E.. “Prô, quando vamos brincar?”: o recreio na escola de tempo integral. **Ludicamente**. v. 8. n. 15. Buenos Aires. 2019. Disponível em: <https://share.google/if4TxFBLqw0zn0wqw>. Acesso em: 07 ago. 2025.

TORRES, Michelangelo M. Estratégia do capital e intervenção social das corporações empresariais no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.

Endereço do(a) Autor(a):

Giovana Gazoli Amboni
Endereço eletrônico: ambonigiovana@gmail.com

Rogerio Massarotto de Oliveira
Endereço eletrônico: rmoliveira@uem.br